

Uma política para a Amazônia

Tomada sob o impacto da repercussão internacional do massacre dos ianomâmis — sobre o qual, aliás, as informações são ainda as mais precárias possíveis —, a decisão de criar o Ministério da Amazônia, que na realidade é um cargo de ministro-coordenador sem a estrutura burocrática de um ministério, é uma tentativa de contornar a difícil situação em que se encontra o Estado brasileiro, virtualmente falido, o qual, por isso mesmo, como já assinalamos aqui, não dispõe de recursos para fazer grande coisa pela região. A ação do novo ministro pode no entanto ter um efeito positivo, se ele conseguir de fato coordenar as ações dos vários órgãos governamentais que atuam na Amazônia, tirando deles o máximo possível.

A escolha do embaixador Rubens Ricúpero para o novo cargo tem merecido aprovação geral. Trata-se, indiscutivelmente, de um dos nossos mais brilhantes diplomatas, que realizou excelente trabalho no Gatt e vinha desempenhando brilhantemente sua missão em Washington, particularmente no assessoramento aos negociadores da nossa dívida. Além disso, nenhum diplomata brasileiro conhece melhor do que ele os problemas da Amazônia. Mas estamos convencidos de que ele poderia prestar melhores serviços ao País se permanecesse em Washington, onde sua presença seria absolutamente necessária durante a próxima reunião anual do FMI, a realizar-se em setembro próximo, do que como ministro da Amazônia, cargo para o qual não são requeridas qualidades de diplomatas mas sim as de um comandante. Vasta, potencialmente rica e ainda pouco povoada, a Amazônia significa para o Brasil o que significavam as regiões remotas de antigos impérios, a exigir a figura de um vice-rei, ou governador geral, acostumado a comandar com mão de ferro, qualidades nem sempre compatíveis com o espírito conciliador dos diplomatas.

Mas Itamar resolveu nomear um diplomata para desempenhar essa missão, e só nos resta esperar que ele a cumpra eficientemente.

Ao confiar a um ministro extraordinário a missão de coordenar as intervenções governamentais na Amazônia, o presidente diminuiu sensivelmente o poder e a influência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Este é um primeiro fato a assinalar. A SAE era até agora responsável pela política do governo naquela região — ordenação territorial, zoneamento econômico-ecológico, recursos hídricos etc. É preciso reconhecer, aliás, que a SAE falhou totalmente em sua missão, pois nada de concreto e positivo produziu para a região.

Herdeiro de uma política estruturada para a Amazônia, elaborada no governo Sarney (programa Nossa Natureza, recursos externos assegurados, projeto Calha Norte e até mesmo o atual Sipam, já proposto e em parte decretado

desde 1989), o governo Collor preferiu deixá-la de lado. Mais ainda: Pedro Paulo Leoni Ramos decidiu atuar, na SAE, mais em função de seus negócios particulares que dos interesses do País. O zoneamento econômico-ecológico, essencial para se iniciar qualquer ação conseqüente na região, previsto para estar concluído em junho de 1991, continua perdido nas mãos de burocratas que planejam o que nunca executaram,

para depois avaliar o que não fizeram.

Ora, sem zoneamento é difícil, senão impossível, estabelecer prioridades e diretrizes para os diversos ministérios e agentes econômicos que atuam na região. Sem esse marco de referência fundamental, como implementar políticas setoriais coerentes (florestal, indigenista, mineral, energética, de transportes e outras)? Como articular políticas federais e estaduais? Só o zoneamento pode dar algum direcionamento mais sensato e menos caótico a um processo de ocupação territorial irreversível e de difícil controle.

Realizar, finalmente, esse zoneamento, como primeiro passo indispensável para o ordenamento territorial da Amazônia, bem que poderia ser a principal meta do ministro Ricúpero, pois isso poderia ser feito nos prazos do governo Itamar. Seria um legado importante. Ricúpero já se ocupou intensamente dessas questões durante a ECO-92 e sabe como é importante que o mundo inteiro reconheça que nós, brasileiros, conhecemos e cuidamos da Amazônia melhor que ninguém.

Quanto à participação das Forças Armadas, em particular do Exército, nesse processo — que por sinal acaba de ser reconhecida como de grande importância pelo respeitado sertanista Orlando Vilas Boas —, ela deve ser incentivada. A verdade é que o Exército é a única instituição nacional com presença efetiva no território amazônico, embora tenha sido excluído da SAE e tenham sido deixados de lado seus programas regionais estratégicos, como o Programa de Proteção da Faixa de Fronteira, o Projeto Calha Norte e o Programa de Assistência Social e Médica às populações locais.

O esvaziamento da presença do governo federal na região, iniciado por Collor, infelizmente prosseguiu com Itamar. Esse processo, que não pode ser explicado apenas por falta de recursos, é que criou as condições para que tivéssemos conflitos no Traira e na linha Apáporis (Amazonas), um avião abatido no Parima (Roraima), mortes de ianomâmis, proliferação de garimpos em áreas indevidas, congelamento de projetos de desenvolvimento em favor de atividades especulativas, desmantelamento de programas de pesquisa científica e substituição da ação governamental pela não-governamental em questões críticas como política ambiental e indigenista.

O embaixador Ricúpero assume novas fun-

J.T 26/08/93

ções sob forte pressão da opinião pública tanto nacional como internacional e ainda com a desvantagem adicional da escassez de recursos. Mas ele pode contar com o impacto político da criação de seu cargo e com a força de seu prestígio em amplos e influentes setores para, pelo menos, traçar as linhas estratégicas fundamentais da presença do governo na Amazônia. Se além de coordenar a ação dos órgãos governamentais que hoje atuam isoladamente — Ibmá, Funai, Incra, Polícia Federal e muitos outros, além das Forças Armadas — para deles extrair o máximo, o ministro Ricúpero ainda conseguir realizar o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, terá dado um passo fundamental para a administração eficiente dos problemas da região. Mais que isso talvez seja impossível, no momento atual, dadas as imensas dificuldades por que passa o País.